

**HISTÓRICO DA PRIMEIRA CASA FAMILIAR RURAL EM
QUILOMBO, SANTA CATARINA: A CONSTRUÇÃO DA CASA
FAMILIAR RURAL SANTO AGOSTINHO E A PEDAGOGIA DA
ALTERNÂNCIA**

**HISTORY OF THE FIRST COUNTRIFIELD FAMILY HOUSE IN
QUILOMBO, SANTA CATARINA: THE CONSTRUCTION OF
THE SANTO AGOSTINHO FAMILY HOUSE AND THE
ALTERNATION'S PEDAGOGY**

**HISTÓRICO DE LA PRIMERA CASA FAMILIAR RURAL, EN
QUILOMBO, SANTA CATARINA: LA CONSTRUCCIÓN DE LA
CASA FAMILIAR RURAL SANTO AGOSTINHO Y LA
PEDAGOGÍA DE ALTERNANCIA**

Luiz Paulo Monteiro¹

lupamonteiro@yahoo.com.br

RESUMO: Este artigo pretende expor um recorte da pesquisa sobre os jovens egressos da Casa Familiar Rural Santo Agostinho, de Quilombo, da primeira turma que se formou no estado de Santa Catarina, em 1997, tendo ingressado na instituição em 1993. Para este trabalho, foi utilizado o método dialético, no qual capital e trabalho não estão separados, mas unidos dialeticamente na produção capitalista, mesmo no processo de construção histórica da instituição, como na perspectiva da formação dos jovens. A princípio, realiza-se retrospectiva histórica das instituições educativas que utilizam a Pedagogia da Alternância no seio de sua formação, desde a Europa até as razões da implantação no Brasil, e as suas diferenças. Posteriormente, realiza-se análise dos elementos históricos da constituição da Casa Familiar Rural Santo Agostinho, em Quilombo, ou seja, do espaço de estudo dos jovens egressos e sua relação com a Pedagogia da Alternância.

PALAVRAS-CHAVE: Casa Familiar Rural. Pedagogia da Alternância. Jovens egressos. Educação do/no Campo.

ABSTRACT: This article intends to expose a research clipping about the graduated young people of the Santo Agostinho countrified family house in Quilombo city, It is about the first graduates of the Santa Catarina states in 1997, they entered in the institution in 1993. It was used the dialectical method to accomplish this project, where capital and work aren't separated, but dialectically joined in the capitalist production, even in the institution's historical construction process, like in the perspective of young people's formation. In the beginning is done a historical perspective of the education institutions that uses the alternation's pedagogy within their training, since Europe until the reasons of deployment in Brazil and their differences. After it an analysis of the historical elements of the institution of the Santo Agostinho family house in Quilombo city is done, in the

¹ Mestre em Geografia pela Unioeste – Campus de Francisco Beltrão (PR)-2015-2016. Integrante do Laboratório de Pesquisa LEG – Laboratório de Ensino de Geografia e Linha/Grupo de Pesquisa ENGEO – Ensino e Práticas de Geografia, número de grupo 34953/2011, cadastrado junto à Unioeste

other words it traces an analysis of the study space of the young graduates and their relation to the alternation's pedagogy.

KEY WORDS: Countrified family house. Alternation's pedagogy. Graduated young people. Field education.

RESUMEN: Este artículo tiene por finalidad exponer un recorte de la investigación acerca de los jóvenes egresados de la Casa Familiar Rural Santo Agostinho, de Quilombo, del primer grupo que se ha formado en el Estado de Santa Catarina, en 1977, habiendo ingresado en la institución en 1993. Para este estudio fue utilizado el método dialéctico, en el cual capital y trabajo no están separados, pero unidos dialécticamente en la producción capitalista, en el proceso de construcción de la institución, así como en la perspectiva de la formación de los jóvenes. Para empezar, se hace una retrospectiva histórica de las instituciones educativas que utilizan la Pedagogía de Alternancia en el centro de su formación, desde Europa hasta las razones de su implantación en Brasil, y sus diferencias. Luego, se hace un análisis de los elementos históricos de la constitución de la Casa Familiar Rural Santo Agostinho, en Quilombo, o sea, se registra un análisis del espacio de estudio de los jóvenes egresados y la relación con la Pedagogía de Alternancia.

PALABRAS CLAVE: Casa Familiar Rural. Pedagogía de Alternancia. Jóvenes egresados. Educación del/en el Campo.

INTRODUÇÃO

A complexidade pela qual passa a humanidade desde o final do século XX até este início de século XXI no que se refere à organização socioespacial tem reflexos diretos também no processo de escolarização dos camponeses, sobretudo nas populações mais jovens.

Entende-se que a atual conjuntura agrária do Oeste de Santa Catarina se caracteriza pelas pequenas propriedades rurais, fruto do processo de colonização dos migrantes ítalo-teuto-sul-rio-grandenses², histórico e excludente, não deixando de lembrar que o processo de ocupação dos povos indígenas e dos “caboclos”³.

Os anseios dos sujeitos do campo, bem como seus saberes, são ignorados, em vez de haver uma perspectiva de valorização dos elementos de ordem cultural, dos seus direitos, para a busca da melhoria da qualidade de vida, respeitando suas raízes. Assim, o que é passado de geração a geração – as tecnologias alternativas, a resistência contra o processo de modernização forçada da agricultura, entre tantos outros aspectos – muitas vezes é deixado de lado em nome do progresso.

² Segundo Werlang (2006), a palavra “colonização” quer dizer ocupação de um novo chão, exploração e comercialização da erva, das madeiras e das terras, principalmente pelos descendentes dos europeus vindos do Rio Grande do Sul.

³ Normalmente, refere-se àquele luso-brasileiro miscigenado com europeu, indígena e negro.

Evidente que nem todos seguem essa dinâmica, não se pode generalizar, em virtude do processo contraditório existente no sistema capitalista: ao mesmo tempo que uns tentam a resistência, outros se inserem de forma abrupta no contexto do capital. Pois, ao passo que existem aqueles que defendem a Educação do/no Campo, há os que defendem a Educação Rural: a muitos interessa ampliar a produtividade do trabalhador, com a qualificação, especialização e modernização da agricultura por mecanismos tecnicistas puramente profissionalizantes.

No caso da Casa Familiar Rural Santo Agostinho (CFR Santo Agostinho), espaço onde estão inseridos os jovens egressos da primeira CFR de Santa Catarina, realizou-se um estudo, fruto de uma dissertação⁴, com dados históricos, por meio de documentos da primeira instituição do estado de Santa Catarina a adotar a Pedagogia da Alternância (PA), utilizando o método dialético.

Inicialmente, foram realizadas entrevistas com os sujeitos que contribuíram para a constituição da escola, no processo de mobilização. Em seguida, foi realizada busca em documentos históricos na CFR Santo Agostinho – atas, documentos das portarias, entre outros –, elementos que nortearam o processo de construção histórica da instituição. O trabalho foi realizado entre 2016 e 2017, sendo que os dados foram coletados com os sujeitos da primeira turma que se formou na CFR Santo Agostinho entre 1990 e 1997.

Em relação à formação, de acordo com os dados previstos no decorrer deste artigo, é possível reconhecer como ocorreu o processo de construção histórica da instituição, quem foram os agentes de ação para sua implantação. Compreender o processo de construção histórica da CFR Santo Agostinho torna-se trivial para entender o processo de formação dos jovens egressos da primeira turma do estado de Santa Catarina a desenvolver uma formação com a Pedagogia da Alternância.

Através deste estudo, pretende-se fazer uma análise em torno do primeiro grupo de jovens formados em uma Casa Familiar Rural no estado de Santa Catarina. Focaliza-se, neste trabalho, uma análise temporal da constituição das Casas Familiares Rurais, nos diferentes níveis; em seguida, registra-se um pouco da Pedagogia da Alternância. Portanto,

⁴ Dissertação apresentada na Unioeste campus de Francisco Beltrão (PR) no ano de 2017, intitulada “O viver e o produzir a partir da formação além da técnica: o caso dos egressos da Casa Familiar Rural Santo Agostinho/Quilombo, SC, no período de 1990 a 1997”.

busca-se uma análise sobre o processo de constituição histórica da Casa Familiar Rural no município de Quilombo.

AS EXPERIÊNCIAS EUROPEIA E BRASILEIRA: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS

É importante destacar que tanto as *Maisons Familiales Rurales* quanto as Escolas Familiares Agrícolas, respectivamente na França e na Itália, assim como no Brasil, nasceram a partir do anseio da população que passava por dificuldades de sobrevivência, no seu espaço. Na Europa, o contexto era de reconstrução pós-Segunda Guerra, em que havia preocupação com a permanência da população jovem no campo, bem como formação com foco nessa realidade. Percebe-se que, no caso do Brasil, perduravam recessão, incerteza na venda dos produtos, inflação, alta no preço de insumos, financiamentos a elevados juros e o próprio processo de modernização da agricultura, somando-se à apelação midiática de depreciação da identidade da população camponesa.

As três experiências (França, Itália e Brasil) nasceram a partir do processo de êxodo rural por parte, inicialmente, da população jovem masculina. Evidentemente que se tratava mais da questão de sucessão de um filho para desenvolver as atividades laborais no campo. Com o tempo, ao perceber a importância da permanência da mulher jovem no campo, buscou-se a relevância da valorização feminina nesse espaço.

A experiência francesa e a brasileira têm influência direta da Igreja Católica quanto a sua criação e implantação. No pós-guerra, no caso francês, a preocupação da Igreja Católica com as questões sociais, iniciada no final do século XIX, que explica sua posição conservadora, também em relação aos camponeses, expressa-se, entre outras estratégias, pela criação da Ação Católica, que procurava antecipar-se ao movimento comunista internacional e à sua potencialidade de organização desses trabalhadores. No caso brasileiro, a Igreja Católica também exerceu enorme influência nos processos de organização dos trabalhadores rurais em sindicatos em 1960, período que antecedeu o golpe militar, vinculando-se à Teologia da Libertação⁵.

⁵ Constituiu-se em uma corrente teológica cristã nascida na América Latina depois do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín (1968). Parte da premissa de que o Evangelho exige a opção preferencial pelos pobres, especificando que, para concretar essa opção, deve usar também as ciências humanas e sociais (GUTIÉRREZ, 2000).

No Brasil, as Escolas Famílias Agrícolas chegaram pelo apoio institucional e financeiro da Igreja Católica, com o padre italiano Pietrogrande, por meio das pastorais sociais das Igrejas, sobretudo das Comunidades Eclesiais de Base. Por outro lado, a outra notável experiência em Pedagogia da Alternância foram justamente as Casas Familiares Rurais; embora tenham nascido no Nordeste do Brasil, tiveram mais visibilidade na região Sul. Tanto as Casas Familiares Rurais quanto as Escolas Familiares Agrícolas têm aproximação com os sindicatos e as federações de trabalhadores rurais, potencializada por meio da Igreja, em pleno contexto da ditadura militar no Brasil.

No caso específico da Itália, surgiram a partir das demandas dos movimentos políticos partidários democráticos existentes a partir da Segunda Grande Guerra Mundial. Lá, chegou o modelo de escola com o aval da esfera pública, inclusive com profissionais contratados pelo governo, diferentemente do que se deu na experiência francesa. Evidentemente que, após sua implantação, o que motivou a continuidade das Escolas Famílias Agrícolas foi justamente o apoio recebido pela Igreja.

Na França, os profissionais trabalhavam, a princípio, vinculados à Igreja, mas aos poucos foram-se estruturando em torno de associações, a fim de expandir as ideias para o mundo. Na França, até o final dos anos 1960, a Pedagogia da Alternância era usada apenas pelas *Maisons Familiales Rurales*, que eram respeitadas pela sociedade; no entanto, a partir do momento de crise empregatícia, consolidou-se como ação do Estado, vinculando-se à formação do sujeito que buscasse estágio remunerado, mais barato que um proletário diretamente contratado, em parcerias com empresas privadas.

Esses apontamentos suscitam reflexão tônica, levando em conta dois elementos fundantes para a implantação dessas instituições: o cenário do período entre guerras e também pós-guerra, capitalismo X socialismo, sendo que a Igreja se coloca numa posição conciliadora, como citado anteriormente, nas questões sociais; e a falta de visibilidade da população camponesa aos Estados francês e italiano, apresentando intersecção com o Estado brasileiro.

Observa-se que, no Brasil, priorizou-se uma educação rural, a qual, diferentemente de uma Educação do/no Campo, vincula-se ao profundo descomprometimento com os camponeses, aos interesses do capital, marginalizando o camponês na sociedade. Nessa perspectiva, o Estado, de forma sutil, procura apaziguar as contradições existentes no

campo, por meio de políticas compensatórias. O caso específico da Casa Familiar Rural Santo Agostinho nasce no contexto dessas contradições.

Sintetizando, a Pedagogia da Alternância, tanto nas Escolas Famílias Agrícolas como nas Casas Familiares Rurais, encontra-se num plano de contradição, podendo significar uma educação voltada para os anseios dos camponeses, ou uma maquiagem por parte dos governos justamente para priorizar o mercado, no processo de acumulação do capital. Assim, há uma extensão da escola urbana no campo, modelos tradicionais de pedagogias, formação técnica voltada para o mercado empregatício, priorizando o capital em detrimento do trabalho, desrespeitando as identidades culturais dos camponeses.

Mas aparece de forma exponencial a contradição entre planos sociais e educacionais, dialeticamente em disputa, dos quais podem ser apontados alguns itens, de acordo com Ribeiro (2006):

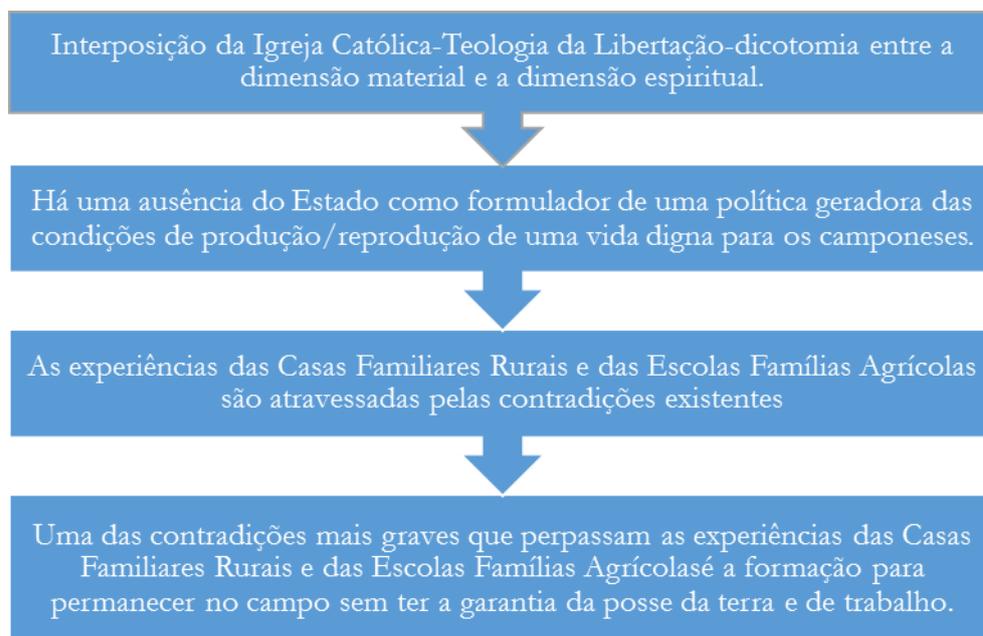


Figura 1 – Fatores para a implantação dos Centros Familiares de Formação por Alternância no Brasil
Fonte: adaptado pelo autor (2016) in Ribeiro (2006).

No caso do primeiro item apontado, existe interferência da Igreja, principalmente por meio da Teologia da Libertação, como possibilidade de superação e de resistência ao modelo desumanizador em que se prima pelo capital. No caso específico da Casa Familiar Rural Santo Agostinho, a mãe A revela: “Procurei e procuro por meio da Igreja participar

do Movimento das Mulheres Camponesas, trocando sementes crioulas, participando dos cursos de como usar ervas medicinais, além de lutar por nossos direitos.” (A. W., entrevista, 17 out. 2016). Constata-se, pelo relato dessa mãe, que as famílias dos jovens egressos participam ativamente da Igreja, na corrente da Teologia da Libertação.

O segundo ponto apresentado no quadro anterior revela a ausência do Estado como articulador de políticas públicas para pensar nas condições de dignidade em relação aos povos camponeses. Segundo o estudo realizado, em alguns momentos, a Casa Familiar Rural Santo Agostinho foi ameaçada de fechamento, que não ocorreu graças ao processo de mobilização da associação e outras instituições, como sindicatos dos trabalhadores rurais, associações dos pequenos agricultores.

O terceiro ponto se refere às experiências das Casas Familiares Rurais e das Escolas Família Agrícolas atravessadas pelas contradições existentes, vinculadas ao processo sutil de exploração que se expressa pela modernização da agricultura, ou pela proletarianização dos camponeses no caso específico daqueles jovens camponeses e famílias que migram para a cidade a fim de trabalhar nos frigoríficos.

O quarto apontamento se refere às interrogações pertinentes ao trabalho e à terra. Se, por um lado, se veem ameaçados pelo capital, por outro, como dito anteriormente, podem estar se vinculando ao processo de proletarianização nos frigoríficos – ainda, através da integração ou das parcerias no caso das agroindústrias.

Então, ao analisar-se o contexto das Casas Familiares Rurais e das Escolas Famílias Agrícolas no Brasil, percebe-se a relação dicotômica da sociedade de classes, em que a Pedagogia da Alternância encontra terreno fértil de resistência por parte dos sujeitos do campo. De acordo com Ribeiro (2006), subvertem-se as teorias que lhes têm destinado um papel subordinado na transformação social, esquecendo que a separação cidade-campo é essencial à manutenção das relações sociais de produção capitalista.

Assim, percebe-se que ambas as instituições buscam, com suas contradições evidentemente, valorizar as identidades, os saberes passados de geração a geração, a criatividade para as tecnologias alternativas, justamente contrapondo-se à escola de viés tradicional. Enfim, como no estudo proposto, observam o trabalho como processo e princípio educativo, que valoriza a expressão da vida (e não exclusivamente do capital), que valoriza os saberes da terra. Então, o importante é perceber que a formação recebida pelos sujeitos tem de se fazer relevante não somente para as atividades laborais cotidianas, mas

para a mudança de paradigmas e/ou participação em movimentos, numa formação omnilateral, do ser humano como um todo, nas suas características intelectuais, morais e para o trabalho não alienante.

PRIMEIRA CASA FAMILIAR RURAL EM SANTA CATARINA, EM QUILOMBO: A CONSTRUÇÃO DA CASA FAMILIAR RURAL SANTO AGOSTINHO E A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA

É importante fazer breve contextualização acerca do município de Quilombo, para posteriormente começar a debater incisivamente o processo de criação da Casa Familiar Rural Santo Agostinho.

Segundo dados do IBGE (2016), e da “história oficial”, o município de Quilombo recebeu o primeiro morador em 1947, Conrado Agostinho Hanauer, seguido por Jacó Simon, Pedro Wolbetto, Pedro Justino Ely e outros, todos procedentes do Rio Grande do Sul. Não se pode, também, negar a existência de grupos indígenas e caboclos, que, com a chegada dos colonizadores, foram sendo eliminados e expurgados de suas terras. A facilidade em encontrar água mineral em vários pontos do município foi a principal causa do rápido povoamento do local.

Dados históricos do IBGE (2016) dão conta de que o nome se deve à expressão utilizada por um soldado que havia sido convocado para fazer guarnição às margens do rio Chapecó, na localidade de Mandaçaia, onde um homem se dizia profeta, anunciando o fim do mundo e que somente aquelas pessoas sobreviveriam e voltariam a povoar a localidade. Chegando ao local, o soldado disse “Isto até parece Quilombo dos Palmares”. O nome propagou entre a pequena população, e acabou efetivando-se.

A base econômica do município se caracteriza pela agricultura, com a produção de subsistência, além da produção de soja e de milho para a agroindústria. Quilombo conta com uma população estimada em 10.149 habitantes (IBGE, 2016); 43% da população vivem no campo, e 57%, na cidade. Destaca-se, também, pela visitação de turistas no verão – possui águas termais com piscinas, belezas naturais apreciadas por visitantes da região Oeste. Além disso, o município ainda conta com filial de uma cooperativa agroindustrial, da Aurora.

A Casa Familiar Rural Santo Agostinho (Figura 2), localizada em Quilombo (SC), tem sua história traçada a partir de um programa de intercâmbio entre Brasil e França desde 1990: uma parceria realizada entre Action Locale pour un Développement Solidaire (ALDIS) e Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO). Agricultores e pessoas que faziam parte do poder público, tanto municipal quanto estadual, visitaram aquele país, conheceram o projeto e o implantaram no município catarinense após debate com a comunidade. Destaca-se, aqui, a figura do ex-prefeito de Quilombo à época, que havia viajado para a França e também conheceu o projeto, ficando 18 dias nas *Maisons Familiares Rurales* francesas. Havia um processo de migração dos jovens e crises política e econômica instaladas na região; ora, as entidades governamentais, em virtude da pressão dos movimentos sociais, tinham preocupação em conter esse fenômeno migratório. Ficaram sabendo da experiência de Barracão (PR) e foram construindo a implantação no município dessa experiência diferenciada, exclusiva para filhos de camponeses.

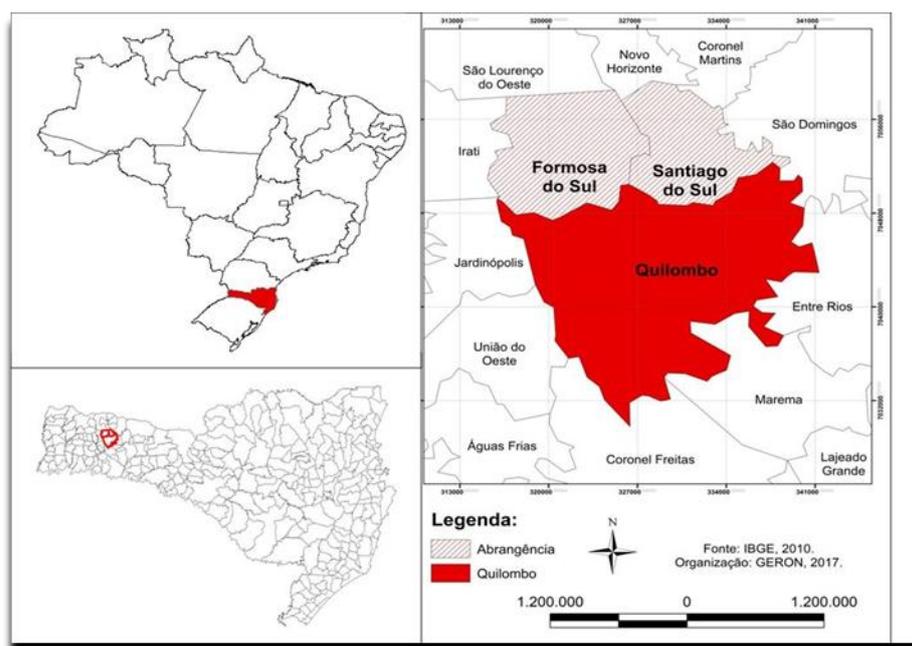


Figura 2 – Localização da Casa Familiar Rural Santo Agostinho e municípios de abrangência na sua fundação
Fonte: IBGE (2010).

Sabe-se, em relação à constituição histórica da Casa Familiar Rural, que a primeira reunião realizada para implantação da instituição, de acordo com a Ata de Fundação da

escola (1991), foi realizada no dia 24 de maio de 1991, na Câmara Municipal de vereadores de Quilombo (SC), com o objetivo de criar uma comissão para a criação da Casa Familiar Rural. Na reunião, estiveram presentes representantes da esfera governamental (prefeito, vereadores), bem como membros da sociedade civil e representantes de associações (citadas no item anterior) e/ou entidades ligadas ao campo. Na primeira Ata de Fundação da Escola (1991), foi exposto o projeto da constituição da instituição, que descrevia a necessidade de uma área de aproximadamente dois hectares, de fácil acesso e também com luz e água.

Segundo entrevistado,

[...] Para a prefeitura contribuir com o projeto, era necessária a cessão de um terreno, próximo à escolinha municipal, já instalada na comunidade de Linha Sachet, bem como próximo ao pavilhão e ao campo de esportes. Tendo em vista o pedido do prefeito, o agricultor Guido Hanauer, representado pela SAAGRO⁶ (Sociedade dos Agricultores da Linha Sachet), acabou doando a área. (N. L., entrevista, 18 out. 2016).

Em maio de 1991, surgiu a comissão pró-implantação (CASA FAMILIAR RURAL SANTO AGOSTINHO, 2016). Essa comissão atingiu seu objetivo principal em 2 de janeiro de 1992, quando se deu a criação oficial da Escola Familiar Rural, pela lei municipal n. 957/92, com a realização do I Seminário Interestadual sobre o assunto em 7 de fevereiro de 1992 (SANTIN, 2015), como se pode comprovar com a Figura 3 a seguir, que trata da lei de criação da Escola Familiar Rural Santo Agostinho.

⁶ A Sociedade dos Agricultores da Linha Sachet, Quilombo, era uma associação composta por moradores, camponeses, tendo como objetivos arrecadar fundos e fomentar perspectivas de produção alternativas à comunidade, ou seja, na contramão do processo de engessamento das atividades vinculadas ao grande capital, tratava-se de organização de cooperativas e associações para o fortalecimento dos camponeses, como também para o resgate da produção de subsistência.

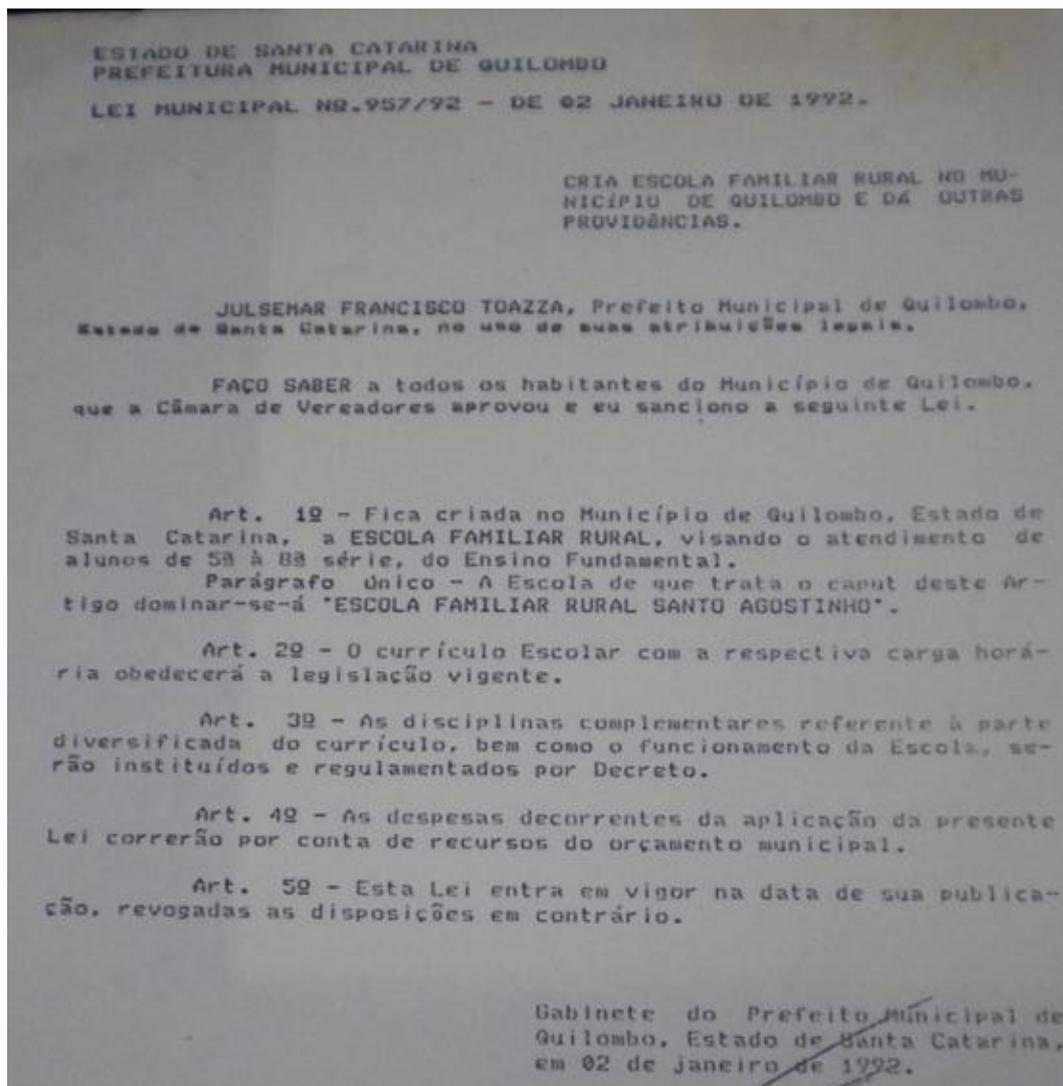


Figura 3 – Lei de criação da Escola Familiar Rural Santo Agostinho
Fonte: arquivo da Casa Familiar Rural Santo Agostinho (2016).

Nota-se que, a princípio, o currículo obedeceu a legislação vigente até então: constam os elementos do núcleo propedêutico, somando-se também as disciplinas complementares da parte diversificada do currículo, bem como a estrutura de funcionamento da Casa Familiar Rural. Embora trate-se de decreto para a regulamentação do funcionamento, a construção do projeto político-pedagógico da escola se deu pautada nas discussões coletivas entre os sujeitos da comunidade.

Nota-se, pela fala dos jovens e também dos monitores, que no início das atividades havia três profissionais que trabalhavam constantemente na instituição, contratados pela Prefeitura Municipal. Os três profissionais pioneiros na Casa Familiar Rural não possuíam

licenciatura, todavia um monitor tinha experiência com educação; juntamente com os jovens, foram aprendendo a Pedagogia da Alternância por meio da experiência e também com os cursos de formação com o francês Pierre Gilly⁷. Eram formados em áreas das Ciências Agrárias e trabalhavam com as disciplinas tanto do núcleo comum como da parte diversificada. A formação oferecida aos jovens, na época, era de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental. Na Figura 4 a seguir, pode-se constatar como era a estrutura das disciplinas, que guiava o registro de notas na época da formação.

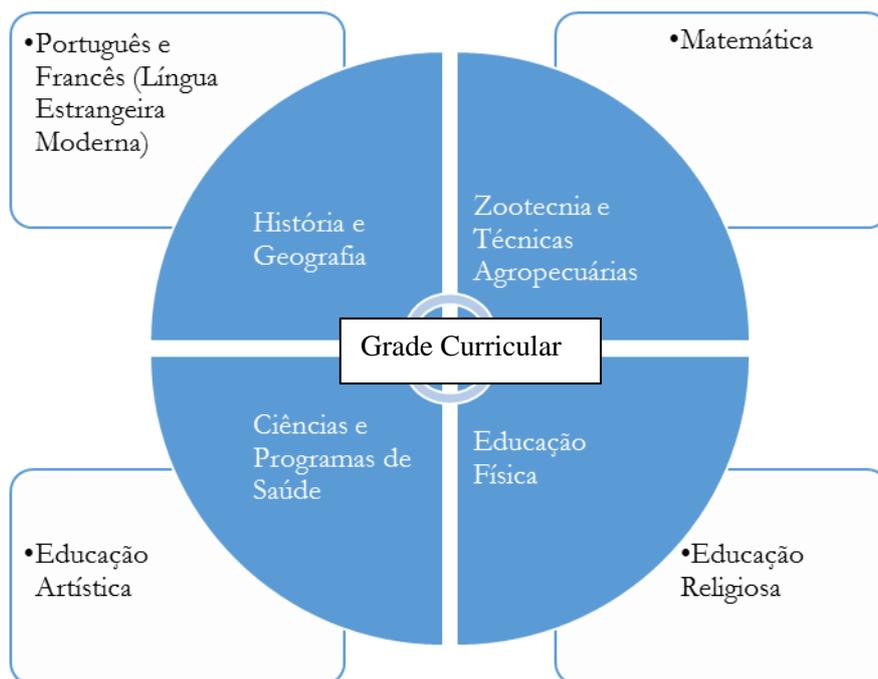


Figura 4 – Disciplinas que faziam parte da grade curricular na formação dos jovens egressos entre 1993 e 1997

Fonte: elaborado pelo autor (2017).

Segundo o Parceiro C,

[...] para haver a facilitação do reconhecimento pelo Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina, era necessário constar o nome 'Escola Familiar Rural. Posteriormente houve a mudança na nomenclatura oficial e documental da Casa Familiar Rural Santo Agostinho. (J. T., entrevista, 18 out. 2016).

⁷ Trata-se de um monitor contratado pela ARCAFAR-Sul que deu assessoria para a implantação da Casa Familiar Rural Santo Agostinho; ele trabalhava na ALDIS, apresentando-se como um elemento diferenciado em relação às demais Casas Familiares Rurais da região Sul do Brasil.

Além da mobilização da comunidade, houve outro agente facilitador que colaborou na implantação do projeto: justamente o fato de o prefeito da época pertencer à mesma sigla partidária do governador, Esperidião Amim⁸: o PDS, Partido Democrático Social. Na Figura 5 a seguir, o início das obras da Casa Familiar Rural Santo Agostinho, em 1991.



Figura 5 – Escola Familiar Rural Santo Agostinho, Quilombo, Santa Catarina, em 1991, com destaque para a informação de apoio do governo do estado de Santa Catarina

Fonte: Arquivos da Casa Familiar Rural Santo Agostinho, 1991.

Há 24 anos, a Casa Familiar Rural Santo Agostinho desenvolve atividades educacionais com jovens e famílias que vivem no campo. Caracteriza-se por ser uma das primeiras Casas Familiares Rurais instaladas no Sul do Brasil e, em particular, a primeira no estado de Santa Catarina, utilizando a Pedagogia da Alternância. Em maio de 1993, a associação foi constituída com estatuto próprio, e pelo decreto n. 091/93/09, de junho daquele ano, que dispõe sobre o regulamento interno da Casa Familiar Rural Santo Agostinho.

⁸ Deu suporte para a construção da Casa Familiar Rural Santo Agostinho

Segundo Santin (2015, p. 52), no início de suas atividades, a Casa Familiar Rural trabalhava apenas com o objetivo de qualificar os filhos dos camponeses⁹. Faz-se necessário destacar que a primeira turma se formou em 1997; a partir daquele ano é que o Ensino Fundamental foi introduzido, em parceria com o Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA)¹⁰.

Na época, os profissionais que trabalhavam com o núcleo propedêutico eram contratados pela rede estadual¹¹, e escolhidos pela comunidade escolar. Por outro lado, a prefeitura se responsabilizava por contratar os profissionais da área específica para atender as matérias técnicas. No entanto, antes de haver essa parceria com o Estado, os profissionais que trabalhavam na instituição eram apenas três, segundo o monitor A, sendo eles os responsáveis pelas aulas das disciplinas, divididas entre os monitores pioneiros e contratados diretamente pela prefeitura (A. C., entrevista, 16 out. 2016).

No ano 2000, o Ensino Médio começou seu funcionamento, também em parceria com o CEJA. Em fevereiro de 2008, foi implantado o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, vinculado à Escola de Educação Básica Professora Jurema Savi Milanez, pelo parecer de autorização do curso n. 019 CEE/SC (Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina), conforme processo 651/079 de 26 de fevereiro de 2008. Na Figura 6 que segue, pode-se observar a Casa Familiar Rural Santo Agostinho.

⁹ O sentido de “qualificação” se refere à certificação do ensino regular, que não poderia ser profissionalizante em virtude da modalidade de ensino, pelo julgamento da Secretaria Estadual de Educação; ou seja, uma situação mais formal e legal, para perceber que os jovens, em seu histórico escolar, teriam a nomenclatura de um curso com disciplinas vinculadas ao campo. Porém, anterior ao processo de certificação, essa expressão foi amplamente difundida entre os profissionais que trabalhavam na Casa Familiar Rural a fim de haver diferenciação em relação ao ensino regular ao divulgar a instituição.

¹⁰ O CEJA, vinculado ao estado de Santa Catarina, foi o órgão responsável pela certificação e contratação dos profissionais da educação (professores/monitores), para certificar os jovens no Ensino Fundamental (com mais de 14 anos) e posteriormente no Ensino Médio (com mais de 17 anos). Na verdade, com o tempo, tornou-se um entrave para a formação de turmas, havendo a necessidade de buscar outra modalidade: o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. Inicialmente, a formação que os jovens recebiam era das séries finais no Ensino Fundamental, antigo ginásio de 5ª a 8ª séries.

¹¹ Os profissionais contratados pelo estado de Santa Catarina eram admitidos em caráter temporário; os do município, monitores, eram contratados pelo município de Quilombo – eram dois efetivos e um contratado temporariamente.



Figura 6 – Casa Familiar Rural Santo Agostinho, Quilombo, em 2016
Fonte: o autor (2017).

Neste escopo, a seguir, tem-se um debate sobre a metodologia utilizada no interior das Casas Familiares Rurais e, posteriormente, sobre a forma como estão articulados hoje os jovens egressos há 19 anos da Casa Familiar Rural de Quilombo, na lógica da Pedagogia da Alternância, sua condição socioeconômica e cultural atual. Além disso, elucida-se como foi o processo de formação dentro da lógica do trabalho como princípio educativo.

MAS, AFINAL, O QUE É A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA?

O currículo da Casa Familiar Rural contempla a formação geral e específica no que se refere à área propedêutica, e a outra área é vinculada ao trabalho no meio rural – ambas buscam ser desenvolvidas de forma interdisciplinar, dentro dos temas geradores.

A formação através da Pedagogia da Alternância está centrada em quatro grandes pilares, de acordo com Puig-Calvó (2005, p. 75), que podem ser observados na Figura 7 a seguir. Quanto aos meios, a gestão dos Centros Familiares de Formação por Alternância é desempenhada por uma associação de agricultores, e a metodologia utilizada é a Pedagogia da Alternância. Quanto aos fins, há uma formação integral para duas gerações – pais e filhos – e o compromisso com o desenvolvimento econômico e social local.

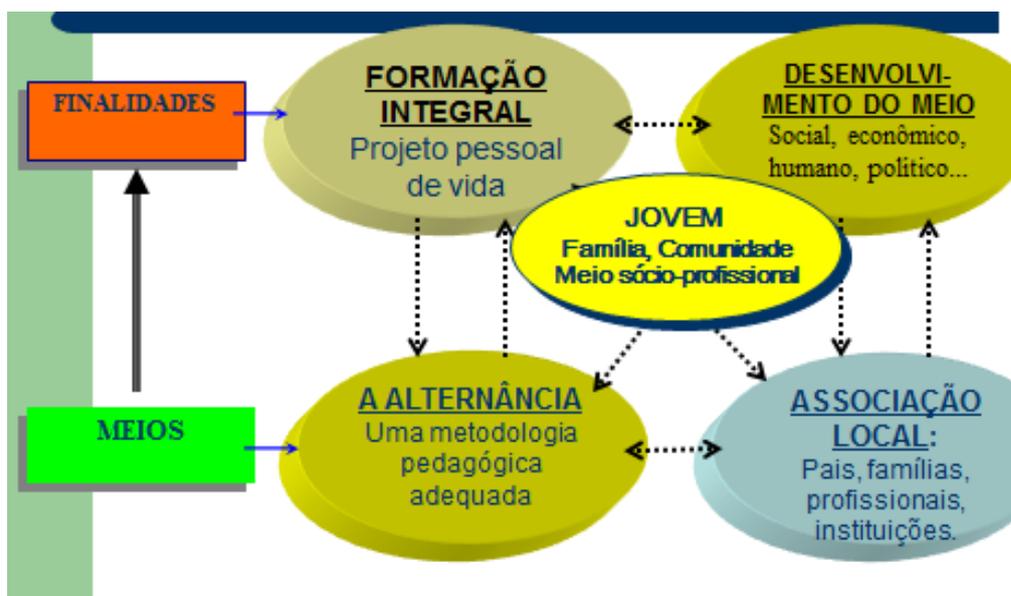


Figura 7 – Os pilares da Pedagogia da Alternância

Fonte: José Luiz Lorenzini, coordenador regional das Casas Familiares Rurais em Santa Catarina (2016).

Nesse sentido, os educadores passam a dar fundamental atenção à escolha das palavras geradoras¹², bem como à redação de textos de leitura. Estes devem levar em conta homens e mulheres em seu contexto de transformação, não podendo ser meras narrações desconexas, tampouco revestir-se de sentido paternalista.

[...] esse modelo pedagógico só pode ser posto em prática por meio da construção de um vasto número de relações sociais, muito mais amplas do que aquelas de aluno-professor. Seria uma “pedagogia da Partilha” na qual educandos, monitores, pais, mestres de estágios, ex-alunos e membros da associação formam parcerias que tornam viáveis não somente o funcionamento da escola, como também a aplicação dos princípios pedagógicos dessa

¹² As “palavras geradoras” são um processo proposto por Paulo Freire: inicia-se pelo levantamento do universo vocabular dos alunos. No caso da Pedagogia da Alternância, os temas geradores são levantados pelos anseios da associação, não se vinculando exclusivamente ao trabalho, mas também à formação humanista e para a cidadania, estimulando a capacidade crítica do jovem.

metodologia. Sendo assim, a alternância como uma “rede complexa de relações. (GIMONET, 2007, p. 81).

Os conteúdos trabalhados de forma interdisciplinar dentro dos temas geradores são fundamentais para uma proposta pedagógica que busca formação integral dos sujeitos. Observa-se, na Figura 8 a seguir, como se configura a formação integral da Pedagogia da Alternância, com as diferentes dimensões formativas.

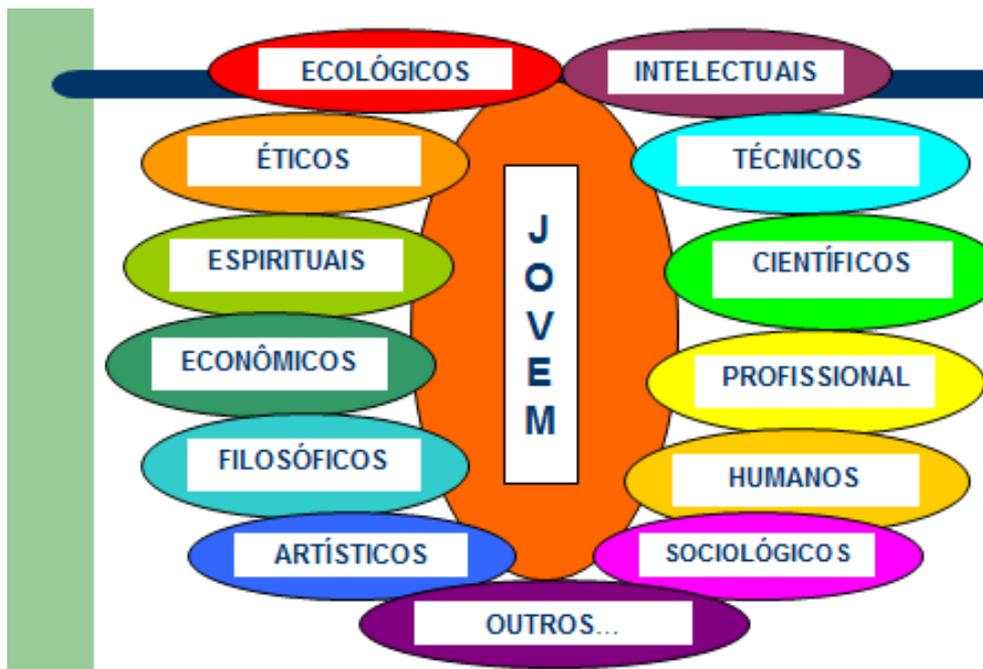


Figura 8 – Esquema das dimensões formativas do conhecimento previstas na Pedagogia da Alternância
Fonte: José Luiz Lorenzini, coordenador regional das Casas Familiares Rurais em Santa Catarina (2016).

A Pedagogia da Alternância, diante das problemáticas da estaticidade do currículo e da fragmentação das disciplinas, presentes de maneira geral na educação formal, fomenta um movimento progressivo na aquisição do saber e no estudo das disciplinas. Leva em conta, também, que o jovem evolui e seu centro de interesse aumenta a respectiva capacidade ou responsabilidade, ampliando sua maturidade gradativamente.

A Pedagogia da Alternância é mais do que uma simples modalidade de organização da escolarização que alterna tempo e espaço para favorecer o ajuste do calendário escolar ao calendário agrícola no contexto da Educação do/no Campo. Trata-se, com efeito, de uma pedagogia que se sustenta na concepção de que a formação resulta de um processo interativo entre o sujeito e os seus contextos – familiar, profissional, político, cultural e

escolar. Desse modo, “[...] busca-se romper com o ensino baseado na transmissão vertical dos conhecimentos, [porque] o conhecimento deve ser construído na interação das pessoas entre si e das pessoas com o meio onde estão inseridas.” (BEGNAMI, 2002, p. 32).

ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA NA ALTERNÂNCIA

Entende-se que a Pedagogia da Alternância vem-se estruturando historicamente. Como foi relatado anteriormente, de uma iniciativa local a uma expansão mundial, segundo Gimonet (1999), o movimento das Casas Familiares Rurais nasceu na década de 1930. Partindo da iniciativa de um pequeno grupo de camponeses, juntamente com o padre Granerau, movido pelas indagações realizadas por um jovem com vontade de permanecer no campo, rejeitando o modelo de escola que era oferecido a ele. Pode-se falar de um movimento educativo pois, conforme Gimonet (apud SILVA, 2001, p. 7),

Em primeiro lugar, não se trata somente de uma experiência pontual ou setorial, mas de um desenvolvimento no espaço e no tempo. Em segundo lugar, existe uma estruturação formal, uma formalização e uma conceitualização das práticas que foram realizadas graças à frutíferas parcerias com universidades e seus laboratórios de Ciências da Educação. Em terceiro lugar, porque este movimento pedagógico prenuncia a escola, a Pedagogia do próximo milênio, ou seja, uma Pedagogia da Complexidade, uma necessária educação sistêmica que considera a pessoa nas suas diferentes dimensões, na sua trajetória de vida, no seu meio ambiente; que considera a multiplicidade e diversidade das fontes do saber e seus meios de difusão; que coloca o aprendiz mais como um produtor de seu saber do que como consumidor, como sujeito de sua formação; que concede ao formador um estatuto e funções de acompanhador, de facilitador, de animador mais que de um professor que executa um programa. Estudos mostram que o modelo pedagógico que prioriza o mestre e o programa e que obriga a criança ou o adolescente a se adaptar a ele está ultrapassado.

Diante do contexto, o modelo de educação existente priorizava formação que privilegiava uma pequena parcela abonada da sociedade, deixando à mercê de um processo de precarização na formalização de escola as populações camponesas, que se encontravam numa realidade de exclusão e abandono da escola, isso sem falar do processo de reprovação existente.

De acordo com a Pedagogia da Alternância, analisa-se a possibilidade de aprovação com conhecimento na escola, com perspectivas de outras potencialidades aos jovens, como destaca o Jovem Egresso G:

[...] no ensino regular, na escola da cidade, embora fosse a maior parte dos jovens do meio rural, eu sofria muito preconceito por causa do meu sotaque alemão e eu sabia pouco de português, acabei reprovando. Na Casa Familiar Rural Santo Agostinho, me senti valorizado junto com a minha família, sendo aprovado sem recuperação, meus colegas eram meus irmãos, meus monitores eram os meus pais. A Pedagogia da Alternância, me ajudou a projetar meu futuro e hoje sou mestre em Agrossistemas pela UFSC. (L. W., entrevista, 18 out. 2016).

Desse modo, a Pedagogia da Alternância não pode ser vista simplesmente como uma metodologia pedagógica, mas como uma escola que valoriza as diferentes realidades.

Conforme aponta Arroyo (2004, p. 74), “[...] a escola e os saberes são direitos do homem e da mulher do campo, porém esses saberes escolares têm que estar em sintonia com os valores, a cultura e a formação que acontecem fora da escola.” Assim, nota-se que a Casa Familiar Rural atendeu e respeitou as diferenças históricas e culturais e, ainda, propôs a transformação de paradigmas: um jovem excluído na escola do ensino regular cidadina conseguiu se encontrar na Casa Familiar Rural; assistido na Casa Familiar Rural, juntamente com sua família, o jovem conseguiu dar sequência aos seus estudos. Destaca-se que a escolarização buscou, no caso desse jovem, uma formação ampla e também o acesso ao saber historicamente construído pela humanidade, além de sua atualização.

A compreensão de sociedade que se identifica no projeto político-pedagógico de 2016 (CASA FAMILIAR RURAL, p. 3) da instituição estava pautada da seguinte forma:

Como referencial teórico, o assessoramento e a capacitação pedagógica dos monitores em Santa Catarina são pautados nos pressupostos teóricos e metodológicos da Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina. Por tratar-se de um programa cujo interesse e organização surgem no seio da comunidade, a partir de suas necessidades, buscam-se referências no educador brasileiro Paulo Freire, que diz: ‘A questão da coerência entre a opção proclamada e a prática é uma das exigências que educadores críticos se fazem a si mesmos. É que sabem muito bem que não é o discurso que ajuíza a prática, mas a prática que ajuíza o discurso; participação do sujeito da aprendizagem no processo de construção do conhecimento não é apenas algo mais democrático, mas demonstrou ser mais eficaz. Ao contrário da concepção tradicional da escola, que se apoia em métodos centrados na autoridade do professor, alunos e professores aprendem e juntos são mais eficientes’. (FREIRE, 1997, p. 25).

Tem-se, portanto, que a Casa Familiar Rural Santo Agostinho nasce com os princípios educacionais pautados no construtivismo crítico de Paulo Freire, aproximando os temas geradores aos temas propostos na Pedagogia da Alternância. Compreende-se que são quatro os grandes princípios ou pilares dos Centros Familiares de Formação por

Alternância em interface com a Pedagogia da Alternância: a associação de famílias que compartilha do poder educativo; os instrumentos da Pedagogia da Alternância; a formação integral e personalizada; o desenvolvimento sustentável e solidário. Segundo Begnami (2006), a inter-relação desses quatro componentes é fundamental para uma verdadeira alternância em educação; a Pedagogia da Alternância não exerce seu real papel sem a participação efetiva das famílias. Para tanto, a formação humanista pressupõe acompanhamento de todos os agentes, essencialmente com a participação da família. Como articulador, surge o monitor da Casa Familiar Rural, para valorizar o camponês e sua família, na luta do cotidiano; o envolvimento dos sujeitos é primordial para a Pedagogia da Alternância.

O monitor A da Casa Familiar Rural Santo Agostinho destaca que “[...] a instituição nasceu com o objetivo de fomentar a participação dos agricultores e seus filhos, destacando a importância do trabalho em suas vidas e a educação como instrumento de resistência nas suas ações.” (A. C., entrevista, 16 out. 2016).

Assim sendo, a Pedagogia da Alternância se pauta na realidade, ou seja, nos anseios das famílias em produzir para melhorar sua vida, com tecnologias viáveis e alternativas para garantir sua sobrevivência; concomitantemente, vincula-se aos elementos de conhecimento que a humanidade foi construindo nas mais diversas áreas – na matemática, na ciência, na história, na geografia, nas artes, nas linguagens. O convívio em grupo, as atividades coletivas da escola, as responsabilidades individuais e grupais também se fortalecem para a lógica de construção da formação como ser humano. Portanto, a Pedagogia da Alternância busca envolver a família do jovem para além do seu espaço de vivência, como destaca o pai de um jovem egresso:

[...] as experiências daquilo que eles aprendiam ele fazia aqui em casa... nem sempre a gente fazia igual, por que não tinha dinheiro, mas ele adaptava e tinha vontade e hoje eu e ele produzimos mel. Ele sempre comentava daquilo que ele aprendia, além dos conselhos que os monitores davam. (A. S., entrevista, 17 out. 2016).

Desta maneira, a formação se articula em diferentes espaços (escola, unidade de produção e comunidade), com diferentes sujeitos e objetivos em comum, principalmente de fomentar o desenvolvimento sustentável e solidário. Busca proporcionar emprego para os jovens e suas famílias, espaço de residência, perspectiva de subsistência alimentar,

respeitando limites de recursos naturais. Para Singer (2004), o modelo capitalista não é para todos; segundo o autor, o capital é seletivo, não atinge todas as pessoas, nem todos os países, nem todas as áreas geográficas, beneficiando algumas pessoas e prejudicando outras. Ora, a economia solidária nasce como uma alternativa ao capital injusto e desigual. A finalidade dessa nova economia não é contrariar o desenvolvimento, mas suscitar um desenvolvimento mais justo.

A alternância no espaço escolar proporciona um lugar privilegiado de socialização de saberes, com a Pedagogia da Alternância trabalhando de forma colaborativa, na essência de suas atividades, desde o processo de constituição até a partilha dos alimentos que são trazidos pelos jovens; e grupal nas mais diversas atividades, buscando estabelecer um clima de companheirismo nos trabalhos internos à sala e nos trabalhos externos.

As atividades não formais estimulam elementos da criatividade e também a busca da valorização dos saberes, da cultura do campo. Pois, ao mesmo tempo que se prima pela formação do jovem, valorizam-se os conhecimentos passados de geração a geração. Verificou-se, durante a pesquisa, que boa parte dos jovens egressos convive com seus pais, possuindo elementos de produção de subsistência e participando ativamente nas atividades culturais da comunidade. A seguir, a Figura 9 representa por imagens os principais instrumentos da Pedagogia da Alternância.

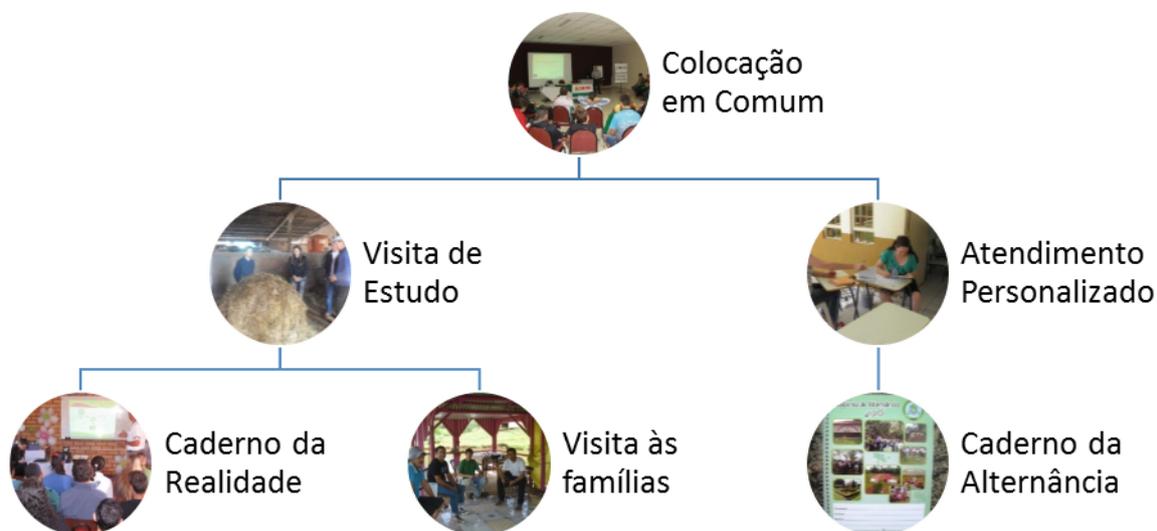


Figura 9 – Principais instrumentos da Pedagogia da Alternância, a partir dos jovens e suas famílias
Fonte: elaborado pelo autor (2016).

Em relação à formação integral, constrói-se a partir da realidade, transpondo-se para a ciência propriamente dita, ou seja, do senso comum como ponto de partida chega ao conhecimento historicamente construído a partir dos instrumentos da Pedagogia da Alternância, evidentemente sem esquecer das raízes, em todas as dimensões formativas, como expõe o jovem D: “Tínhamos somente três monitores que nos ensinavam as disciplinas da escola, a parte técnica, mas também mostravam como era a vida e nos preparavam para tudo, falando que, quando nos unimos, sempre somos mais fortes.” (G. R., entrevista, 20 out. 2016).

Compreende-se que os jovens que chegavam à Casa Familiar Rural Santo Agostinho vinham de realidades diferentes, de comunidades distintas, assim como de famílias e culturas diversas, mas apresentavam identidades comuns de camponeses. Possuíam processos de precarização e de preconceitos, que se viam em unidade, mas, contraditoriamente, vislumbravam as possibilidades de trocas de experiências, também a possibilidade de uma formação humana.

Além disso, soma-se a rede de articulações que coexistem na formação, a própria forma de organização da associação desde a criação da Casa Familiar Rural, exemplo de luta e reivindicação junto às esferas públicas e aos próprios parceiros. Evidentemente que a Casa Familiar Rural Santo Agostinho nasceu articulada com uma rede de movimentos, mas também havia empresas vinculadas ao agronegócio que possuíam interesse em garantir a permanência dos jovens no campo, para que se pudessem estruturar. Por outro lado, a Pedagogia da Alternância demonstra comprometimento dos agentes envolvidos quanto à forma de vida, à realidade socioprofissional, política, econômica, cultural e ambiental dos sujeitos. Evidencia-se nessa pedagogia o protagonismo dos sujeitos como mobilização em prol do desenvolvimento.

O desenvolvimento sustentável e, acima de tudo, solidário se constrói de forma coletiva e articulada, desenvolvendo-se progressivamente com o tempo. Assim, a Pedagogia da Alternância não é um sistema fechado, vai-se constituindo no terreno da valorização da cultura do campo, com suas festas, identidades, a herança cultural: as sementes crioulas, as práticas da agroecologia, as lutas e contradições dos atores inseridos nesse território. A Pedagogia da Alternância na Casa Familiar Rural se constitui, portanto, em transformação, movimento. O movimento deve prevalecer sobre a instituição, o instituinte deve ser mais importante que o instituído, conforme Gimonet (1999).

A Casa Familiar Rural busca proporcionar uma Educação do/no Campo voltada à formação integral do jovem, das suas famílias, através da aproximação de pais e filhos nas atividades da escola e dos projetos que os alunos desenvolvem, contribuindo com a redução do êxodo rural e aumentando o índice de satisfação do jovem na agricultura.

Nos arquivos pesquisados na Casa Familiar Rural, havia um diagnóstico das atividades que os jovens e suas famílias realizavam durante o processo de formação – com a área, a quantidade de animais, o número de pessoas na família –, bem como croquis elaborados pelos jovens para identificar as potencialidades produtivas nos moldes do capitalismo, mas ao mesmo tempo identificando as atividades de subsistência, além do lugar de vivência, como se observa na Figura 10 a seguir.

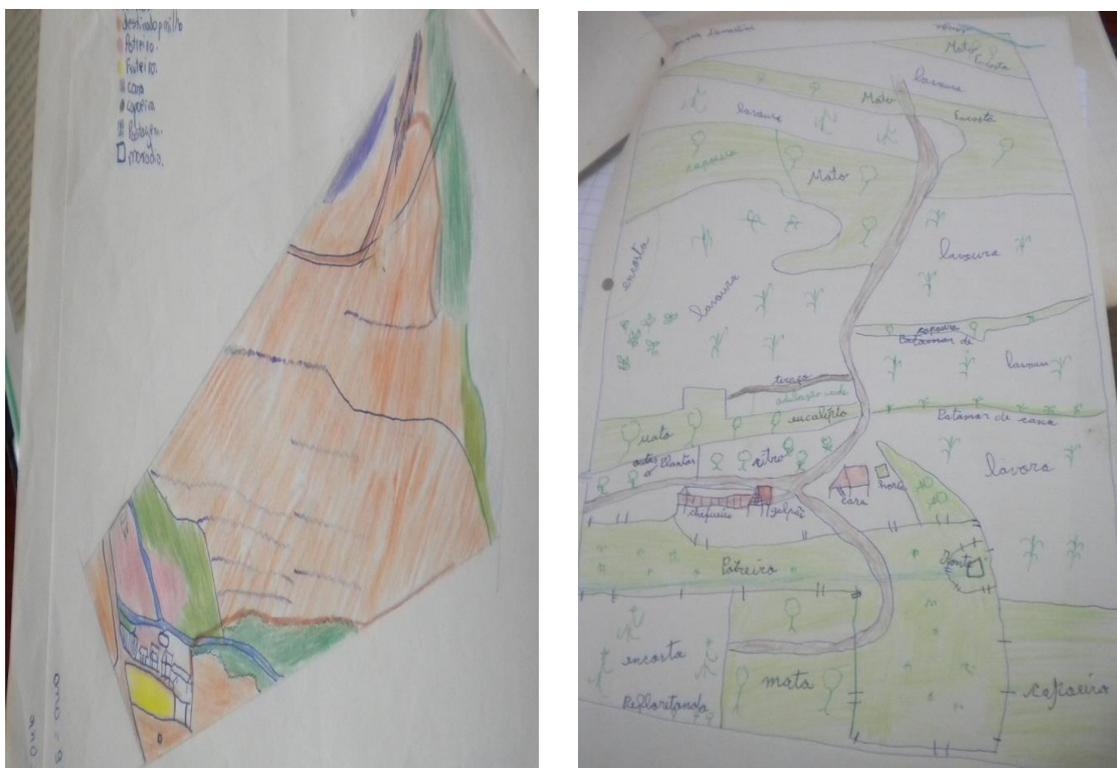


Figura 10 – Croquis das unidades de produção dos jovens e suas famílias (G e H)
Fonte: arquivo da Casa Familiar Rural de Quilombo (2016).

Observa-se que a característica mais geral das unidades de produção apresentadas eram as múltiplas atividades, justamente por se tratarem de atividades de subsistência, normalmente com pouca área construída de infraestrutura, mas com reservas ambientais; terrenos com declividade acentuada; e merecendo destaque especial a atividade leiteira.

Desta maneira, o Plano de Formação organiza, planifica os temas levantados na pesquisa participativa. As famílias, com participação das entidades e com ajuda dos monitores, ordenam e classificam os temas, representando o quadro pelo qual vão atuar os jovens e os monitores.

Não obstante, se, por um lado, essa proposta pedagógica considera a centralidade do contexto socioprofissional do jovem, por outro lado, isso não autoriza pensar que aí se considera que o meio forma exercendo pressões seletivas sobre o indivíduo – como se depreenderia de uma concepção empirista de aprendizagem. Na verdade, a Pedagogia da Alternância pressupõe, de saída, que o jovem é o principal ator de sua formação, articulado evidentemente com questões pertinentes à vida, juntamente com os monitores e sua família, compreendendo a realidade e a possibilidade de transformação.

Questionar os jovens egressos e suas famílias sobre o que foi desenvolvido a partir da Pedagogia da Alternância é desvendar a realidade da formação humanística, no sentido da sua essência, que extrapola o espaço de sala de aula, englobando a família, a comunidade e o espaço de convivência do jovem camponês. Todavia, isso também não autoriza pensar numa concepção oposta, em que a aprendizagem resultaria de estruturas mentais inatas que habilitariam o sujeito ao conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região Oeste de Santa Catarina, historicamente, foi concentrando o processo de agroindustrialização, fazendo com que a dinâmica do agronegócio, sobretudo no que tange ao pacote tecnológico proposto, “imposto” pelo processo de modernização da agricultura, alterasse de forma exponencial as relações entre trabalho e capital. Isso, conseqüentemente, causou a especialização do espaço agrário, sobretudo com o sistema de parceria e integração. Boa parcela das famílias foi expulsa para a cidade, mudando sua estrutura de vida e submetendo-se à condição de proletária nos espaços urbanos, na construção civil, por exemplo, mas também, e principalmente, nas agroindústrias da região.

Vale ressaltar que, paralelamente a essa perspectiva de reestruturação do processo de produção que prima pelo capital em detrimento do trabalho, ocorrem e ocorreram ações de resistência pensadas principalmente por camponeses para evitar a saída dos sujeitos do campo, por meio da criação de associações e sindicatos.

A partir da organização dos camponeses, em sindicatos, associações, cooperativas, ergueu-se e estruturou-se a Casa Familiar Rural Santo Agostinho para, principalmente, evitar o êxodo do campo, crescente entre os jovens e suas famílias em pleno contexto de reestruturação forçada do campo, dado o pacote tecnológico somado ao neoliberalismo imposto pelos governos da época, com o Estado mínimo, sem priorizar a grande maioria subalterna da população.

Com esta análise do recorte do contexto histórico da Pedagogia da Alternância, desde a estruturação e nascimento das *Maisons Familiales Rurales* na França, as Escolas Famílias Agrícolas na Itália e as Casas Familiares Rurais e Escolas Famílias Agrícolas no Brasil, procurou-se investigar a situação para a implantação dessas instituições em diferentes contextos. No Brasil, esse processo foi pensado e articulado pelos sindicatos, com a sensibilidade da Igreja na época, em meados dos anos 1960, assim como nos países pioneiros da Pedagogia da Alternância. No caso específico de Quilombo, houve a articulação dos movimentos sociais para justamente implantar a Casa Familiar Rural Santo Agostinho, ou seja, a articulação do sindicato, das associações e cooperativas da época cobrando da esfera pública a implantação do projeto, assim se caracterizando como espaço coletivo, de luta e de preocupação com as populações mais jovens camponesas, que buscavam formação adequada para o mundo do trabalho – trabalho que não fosse alienado.

Compreende-se que a Educação do/no Campo nasce a partir dos movimentos sociais. A Casa Familiar Rural Santo Agostinho nasceu articulada com os movimentos sociais e, posteriormente, acabou sendo efetivada com a participação do poder público, como uma reivindicação dos camponeses por uma formação ligada aos seus anseios. Assim, a experiência nos movimentos sociais, articulada, leva os sujeitos a buscarem entender a luta para permanecer na terra, não para servir exclusivamente ao capital, mas de modo a perceber que o campo é um espaço de contradições, de vida e de esperança. A educação passa a ser um direito, que historicamente vem sendo negligenciado para os sujeitos do campo, alvo de luta dos movimentos de resistência, como aqueles que se articularam para a criação da Casa Familiar Rural Santo Agostinho, juntamente com a Pedagogia da Alternância.

Evidentemente que existem contradições, mas os agentes envolvidos na época da implantação e no desenvolvimento posterior das atividades tinham a preocupação de não

torná-la uma escola tecnicista ou mecânica, que simplesmente vislumbrasse uma formação no sentido profissional. É importante destacar que a Casa Familiar Rural Santo Agostinho buscou promover uma formação que extrapolasse as aprendizagens das técnicas de produção, unindo o conhecimento científico à formação humana.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel Gonzalez. **Formação de educadores e educadoras do campo**. Brasília: MEC, 2004.
- _____; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma educação do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- BEGNAMI, João Batista. Pedagogia da alternância como sistema educativo. **Revista da Formação por Alternância**, Brasília, v. 1, n. 2, Semestral, 2006.
- _____. **Pedagogia da alternância e desenvolvimento sustentável: formação em alternância e desenvolvimento sustentável**. Brasília: Unefab, 2002.
- CASA FAMILIAR RURAL SANTO AGOSTINHO. **Projeto político-pedagógico**. Quilombo, 2016.
- _____. **Ata de sessão realizada no dia 06 de junho de 1991**. In: _____. Livro de Atas Reuniões da criação da Escola Familiar Rural. Quilombo, 1991. Livro 1, p. 2.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se complementam**. 33. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- GIMONET, Jean-Claude. Nascimento e desenvolvimento de um movimento educativo: as casas familiares rurais de educação e orientação. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E DESENVOLVIMENTO, 1., 1999, Salvador. **Anais...** Salvador: UNEFAB, 1999.
- _____. Nascimento e desenvolvimento de um movimento educativo: as casas familiares rurais de educação e orientação. In: SILVA, Vicente de Paulo Borges Virgolino da. **A pedagogia da alternância frente às pedagogias modernas – abordagem de elementos de caracterização e contextualização**. Encontro de Pesquisa e Práticas e Educação do Campo da Paraíba. João Pessoa: UFPB, 2001.
- _____. **Praticar e compreender a pedagogia da alternância dos CEFFAs**. Petrópolis: Vozes; Paris: AIMFR, 2007.
- GUTIÉRREZ, G. **Teologia da libertação: perspectivas**. São Paulo: Loyola, 2000.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Dados históricos, geográficos e demográficos de Quilombo – SC**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 25 maio 2016.
- LORENZINI, José Luiz. **Os pilares da Pedagogia da Alternância**. Coordenador das CFRs em Santa Catarina. 2016.
- PUIG-CALVÓ, Pedro. Centros familiares de formação por alternância. **Revista Formação por Alternância**, Brasília, jun. 2005.

- RIBEIRO, Marlene. Trabalho e educação na formação de agricultores: a Pedagogia da Alternância. In: ANPED-SUL, 6., 2006, Santa Maria. **Anais...** Santa Maria: UFSM, 2006. 10 p. CD-Rom.
- SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Parecer de Autorização do Curso n. 019 CEE/SC.** Florianópolis, 2008.
- SANTIN, Rosemeri. **A pedagogia da alternância e os pressupostos da prática docente ciências da natureza, matemática e suas tecnologias na casa familiar rural.** Chapecó: Unochapecó, 2015.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- SAQUET, Marcos Aurélio. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens.** Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.
- SCHLOSSER, Marli Terezinha Szumilo. **Rádio, consensos e dissensos: o reverso do discurso e a crise da especialização agrícola (extremo Oeste do Paraná 1980-2000).** 2005. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.
- SILVA, Jaider. Batista. **Da efetividade da educação ambiental nas escolas família agrícola: o caso da EFA Chico Mendes.** 1999. Dissertação (Mestrado) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba. 1999.
- SINGER, Paul. **Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário.** 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n51/a01v1851>>. Acesso em: 1 fev. 2015.
- SKRZYPCZAK, Valdir. **A educação/qualificação dos trabalhadores do campo e da cidade na lógica do capital agroindustrial, na cidade de Xaxim – SC.** 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2013.
- WERLANG, Alceu Antonio. **Disputas e ocupação do espaço no Oeste catarinense: a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil.** Chapecó, SC: Argos, 2006.

Submetido em: 16 de setembro de 2017

Aceito em: 11 de janeiro de 2018